



ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

---

**PARECER JURÍDICO<sup>1</sup> n. 95/2023**

Processo Administrativo: s/n (originário do Comodoro Previ).

Assunto: Aposentadoria por tempo de contribuição.  
Interessada: Marlene Soares da Silva Borges.

**1. Relatório.**

Trata-se o presente de requerimento formulado pela Sra. **Marlene Soares da Silva Borges**, portadora do RG n. 429836, CPF n. 350.470.892-15, ex-servidora pública do Município de Comodoro, dirigido ao Ilmo. Sr. Gustavo André Rocha, Diretor Executivo do Comodoro-Previ, objetivando a concessão de aposentadoria por idade, amparada pelo art. 40, §1º, III, "a", da Constituição Federal, bem como da Lei Municipal n. 1.519/2014 (Lei do RPPS dos servidores públicos do Município de Comodoro).

A servidora pública efetiva em comento ocupou o cargo de **auxiliar de serviços gerais**, no Município de Comodoro, conforme consta dos assentamos funcionais inclusos no processo administrativo.

Constam também nos autos, além do requerimento inicial acima citado, os seguintes documentos:

- Declaração assinada pela requerente, de que não cumula cargo ilegal, nos termos do art. 37, XVI, da CF;
- Declaração da requerente informando que reside neste município e que não responde a qualquer processo administrativo disciplinar;
- Lista das remunerações percebidas pela servidora em questão, emitida pelo Comodoro-Previ;
- Documentos pessoais da requerente (RG);
- Certidão funcional exarada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;

---

<sup>1</sup> "O parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. STF - MS 24.073/DF - Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 31/10/2003."



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- Registro de Funcionário;
- Certidão de Tempo de Serviço;
- Certidão de Tempo de Contribuição;
- Portaria de Nomeação;
- Portaria de concessão do benefício (Portaria nº. 13/2023)
- Publicação da Portaria de concessão do benefício, no Diário Oficial dos Municípios, n. 4.240;
- Portaria de exoneração;
- Fichas financeiras;
- Listas das remunerações emitida pelo Comodoro Previ;
- Recibos de Pagamento de salário;
- Documentos do cônjuge e certidão de casamento.

Assim, com a anexação de todos os documentos acima citados na pasta referente ao requerimento supramencionado, o Diretor Executivo do Comodoro Previ a encaminhou à Procuradoria-Geral do Município para emissão de parecer, conforme inciso IV, do art. 3º, da Lei Municipal 1.607/2015, e em analogia ao entendimento jurisprudencial do TCE/MT, Processo n. 7.825-5/2013, acórdão n. 43/2014.

É a síntese do necessário.

## **2. Fundamentação.**

No mérito do presente requerimento, analisando a legislação municipal juntamente com as demais leis previdenciárias, com o necessário respeito às regras Constitucionais, verificamos, s.m.j, a plausibilidade do requerimento inicial, vejamos:

Art. 40, §1º, III, “a”, da Constituição Federal.

*“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)”*

*§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus*



ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

(...)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98\)](#)

**a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

O texto acima encontra consonância e deve ser interpretado com a redação do art. 6º, da Emenda Constitucional n. 41/2013, de 19/12/2003, que trata, dentre outros, da aposentadoria com proventos integrais, vejamos:

“Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo [art. 40 da Constituição Federal](#) ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no [§ 5º do art. 40 da Constituição Federal](#), vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Quanto a esse tema, e seguindo a simetria necessária, a Legislação do Comodoro-Previ, Lei 1.519/2014, faz expressa menção e regula sua forma de aferição, vejamos os artigos abaixo transcritos:

*“Art. 35. No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto nos arts. 12 e 87 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.*

*§ 1º. As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.*

*§ 2º. A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha sido instituído a contribuição para o regime próprio.*

*§ 3º. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.*

*§ 4º. Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:*

*I - inferiores ao valor do salário mínimo.*

*II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.*

*§ 5º. Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais.*



ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§ 6º. *No cálculo dos proventos proporcionais, o valor resultante do cálculo da média será previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no §7º, para posterior aplicação da fração de que trata o § 5º.*

§ 7º. *Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderá ser inferior ao salário mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.*

§ 8º. *Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.”*

Anotamos, Também, que também esta prevista na Lei do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos, Comodoro-Previ, a possibilidade da aposentadoria por tempo de contribuição, à semelhança do texto previsto na Constituição Federal, abaixo demonstrado:

*“Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do COMODORO-PREVI serão aposentados:*

*(...)*

*III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:*

*a) **Sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher**”*

Pontuamos que constam dos autos os comprovantes do tempo de contribuição prestado ao Município, período de 06/05/1993 (auxiliar de serviços gerais) a 30/04/2023, totalizando 30 anos e 01 dia, consoante simulação de aposentadoria.

Assim, totalizou-se mais de 30 anos de tempo de contribuição, lapso esse superior ao previsto constitucionalmente para a aposentadoria requerida.

Demais disso, e seguindo o regramento constitucional e da legislação de regência do RPPS, verificamos que a servidora possui mais de 55



ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

anos de idade, pois nasceu em 03/09/1965, conforme documentos pessoais inclusos.

De mesmo lado, assinalamos que a servidora exerce cargo público desde 06/05/1996, ou seja, há mais de 10 (dez) anos, consoante a Portaria presente dentre os documentos comentados.

### 3. Conclusão.

Em conclusão, verificando o pedido contido no requerimento inicial, juntamente com a farta documentação acostada, e notadamente em comparação com a normatização vigente, a Procuradoria do Município **emite parecer favorável a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição à servidora Marlene Soares da Silva Borges**, com fundamento no art. 40, §1º, III, “a”, da Constituição Federal, c/c, art. 6º, da Emenda Constitucional n. 41/2003, e art. 12, III, “a” da Lei Municipal n. 1.519/2014.

Informo ao Gestor do Comodoro-Previ que o presente processo administrativo, após a análise da Controladoria Interna deverá ser remetido integralmente ao Tribunal de Constas do Estado de Mato Grosso, para realização do controle externo dos atos administrativo.

Este é o parecer, s.m.j.

Segue para apreciação superior.

Comodoro-MT, 30 de maio de 2023.

Rodrigo Rodrigues Peres  
Procurador do Município